Recuperando a vida, retomando territórios: o potencial da agroecologia na Ocupação Urbana Baronesa do Gravataí, Porto Alegre

Recovering life, reclaiming territories: the agroecology potential at the Urban Squat Baronesa do Gravataí, Porto Alegre

STRIEBEL, Nathália Widniczck[1]; BOGNI, André[2]; ISOPPO, Rodrigo[3]
[1] UFRGS, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nathalia.striebel@hotmail.com; [2] UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, andrebog@hotmail.com; [3]UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, minhopa@gmail.com

Eixo temático: Agriculturas Urbana e Periurbana

Resumo: A Agroecologia é uma potencial ferramenta no resgate de saberes tradicionais e de fortalecimento da noção de pertencimento, tanto em relação aos agroecossistemas quanto à própria dimensão do território. Em um grande centro urbano, como é o caso da cidade de Porto Alegre, emerge atual e latentemente a questão da Ocupação Baronesa. Reivindicando não somente o direito à moradia, as diversas famílias que ocupam o imóvel da prefeitura, abandonado há mais de 10 anos, buscam também a reivindicação de um território, estabelecendo laços e dinâmicas que almejam resgatar sua relação de ancestralidade Quilombola e M'bya Guarani, por meio da criação de um projeto coletivo. Envolvendo os moradores, os apoiadores e a comunidade local, vê-se na agroecologia uma ferramenta potencial para criar as necessárias conexões temporais entre passado, presente e futuro, resgatando práticas culturais e, ao mesmo tempo, auxiliando na gestação de novos horizontes.
Palavras-chave: agroecologia urbana; ocupação baronesa; retomada de terra; território ancestral.
Keywords: urban agroecology; baronesa squat; land reclaiming; ancestral territory.

Ocupação Baronesa: narrativa do estudo de caso

O presente trabalho toma como base uma pesquisa interdisciplinar, que pretende traçar um registro antropológico, o qual permitirá constatar ou não uma proximidade entre o território conhecido como Areal da Baronesa – comunidade negra portoalegrense que se reconhece como sua legatária por possuir vínculo histórico e cultural na região – e a ocupação de um conjunto de sobrados da prefeitura, abandonados por mais de 10 anos, localizado na Rua Baronesa do Gravataí, nº 640. O local foi ocupado no dia 28 de março de 2019 por famílias negras (em sua maioria mulheres e crianças) pertencentes às imediações do logradouro, algumas com parentela residente na Rua Luíiz Guaranha, tendo sido criadas no local e utilizado os equipamentos públicos do bairro, desde seus pais e avós.

Essas famílias solicitam o direito legal do imóvel ao Estado, pleiteando o direito à moradia e o cumprimento da função social da propriedade prescritos na Constituição Brasileira. Na contramão de suas demandas, foi determinada e executada uma reintegração de posse no dia 07 de junho de 2019. Algumas dessas famílias, sem ter para onde ir, seguiram ocupando na calçada da Baronesa do Gravataí, em frente ao

imóvel, até o presente dia.

Em um primeiro momento, o eixo articulador da ocupação foi a questão do direito à moradia, mas o fato que se tornou evidente ao longo da tessitura das narrativas pessoais é o vínculo com o território, historicamente reconhecido como um território negro quilombola, por onde habitaram seus antepassados, após serem forçados ao despejo do centro histórico de Porto Alegre no período pós-abolicionista.

Tanto os sujeitos envolvidos quanto o conjunto de pesquisadores afirmam não se tratar de uma pauta apenas vinculada à questão da moradia, mas de uma reivindicação ou retomada de um território ancestral, onde o lastro cultural e simbólico da região é o combustível identitário dos atores envolvidos. Trata-se de retomar um território onde historicamente seus antepassados habitaram, se criaram, constituíram comunidade e transmitiram sua cultura. Resgatar, portanto, a memória de uma cidade outra, a qual os modelos hegemônicos cimentaram e deixaram à margem do obstinado progresso das cidades modernas.

O amadurecimento destes coletivos, após anos de luta, evidenciou que a raiz do problema não está na falta de moradia para as pessoas, mas no excesso de moradias não-destinadas às pessoas, confirmando a lógica de um pensamento de Estado que é segregador e individualizante, que hostiliza sua cidade e seus espaços públicos e empobrece a relação do sujeito com o seu meio. As comunidades originárias, por outro lado, afirmam que a existência de seus modos de viver dependem da relação intrínseca com a terra. A Ocupação Baronesa, portanto, reivindica a retomada do Areal para nele buscar a proteção e um revestimento imunológico e sustentável contra um modelo de cidade que funda a liberdade individual sobre a exclusão dos outros, que é o principal significado social da instituição da propriedade. Seu projeto, além de reivindicar a função social da moradia, vem junto com proporcionar à cidade um ponto de cultura, através de acordos cooperativistas, garantindo geração de renda para as famílias excluídas da assistência do Estado e, como eles mesmos insistem em dizer, proporcionando um futuro mais humano para as suas crianças, mais próximos aos valores comunitários de seus antepassados.

Metodologia do Afeto

Com uma perspectiva horizontal de construção de conhecimento, a pesquisa se desenvolveu a partir da vivência direta e profunda de diversos momentos compartilhados com as famílias da ocupação, relembrando o que Favret-Saada (2015) chama de “ser afetado”, isto é, “quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas, que geralmente não são significáveis”. Para a autora, é somente por meio da experimentação dessa multiplicidade de sensações *in loco* que se pode quebrar os distanciamentos envolvidos.

Sendo assim, foi compartilhando desses afetos, e de um verdadeiro atravessamento de emoções, que foram vivenciadas diversas atividades em conjunto, como rodas de conversa, oficinas, atos públicos, rodas de capoeira e conversas informais debaixo da

lona, que, de uma forma ou de outra, sempre esbarravam no anseio da concretização de um projeto comum para a revitalização do espaço, onde a relação ancestral das famílias com o seu território assume posição de destaque.

Agroecologia como ferramenta de retomada da terra na Ocupação Baronesa

Conforme identifica Terra (2001), o território onde hoje resiste a Ocupação Baronesa, nos anos de 1830 consistia em parte de vasta propriedade de João Batista da Silva Pereira. Sua porção de terra era tão grande que parte era dominada por um denso matagal, repleto de pomares e hortas cultivadas. Além disso, esse trecho da propriedade se manteve, na época, em seu estado natural pela proximidade com o Arroio Dilúvio, onde a água corria em direção ao Rio Guaíba e ali passava a Rua da Margem. O autor aponta ainda que ali havia uma grande variedade de árvores frutíferas, dentre elas: pitangueiras, goiabeiras, laranjeiras, bananeiras, e outras que garantiam frutos comestíveis durante o ano inteiro. Esse recanto com abundância de recursos, como frutas, caça, pesca e água potável, tinha tudo para garantir a alimentação de quem ali resolvesse morar. E era ali, em meio a esse refúgio natural, que os escravos resistiam e garantiam sua subsistência, longe do alcance dos capitães-do-mato.

Assim como naquele momento, atualmente famílias compostas por membros de origem quilombola e de ancestralidade M'bya Guaraní ocupam essa mesma terra em busca de um refúgio, que possa garantir sua resiliência em meio ao centro urbano. Nesse contexto surge a demanda pela criação coletiva de um projeto de revitalização do local, envolvendo moradores, apoiadores e a comunidade.

Essa proposta leva em consideração o resgate da relação histórica e ancestral com a terra e pretende envolver áreas de cunho privado, semiprivado e público. Há uma ampla, diversa e surpreendente área verde que se estende em direção aos fundos do terreno, com possibilidade de acesso pela Rua Baronesa do Gravataí e pela Rua Dezessete de Junho. Dessa forma, a proposta coletiva de revitalização, em desenvolvimento, apresenta como diretriz o caráter público do espaço aberto, visando ao envolvimento da comunidade local, por meio do uso comunitário e cultural do espaço público. Nesse contexto, emerge também o potencial da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) e da agroecologia em fortalecer esse processo de retomada.

A Agricultura Urbana e Periurbana pode ser compreendida, em um sentido mais técnico, enquanto a realização de atividades agrícolas dentro do espaço urbanizado e/ou periurbano (BRYLD, 2003). Contudo, a AUP possui significados que vão muito além do simples "plantar na cidade". Conforme identificam Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015), o conceito está intimamente relacionado também à dinâmicas de transformações socioespaciais, possuindo grande potencial de amenizar diversos dos problemas hoje visualizados nas cidades, não só relacionados à alimentação, mas também à sua própria estrutura social desigual.

No mesmo sentido, o conjunto de processos e efeitos que se pode gerar a partir da

inserção de saberes agroecológicos no contexto urbano está diretamente relacionado ao fortalecimento da vida coletiva, podendo agir na direção de reanimar espaços e impulsionar a formação de redes na busca por autonomia. A agroecologia, assim, pode ser um caminho muito valioso para auxiliar na conversão de áreas anteriormente vagas e improdutivas, como terrenos baldios e imóveis abandonados, em áreas produtivas multifuncionais, capazes de manter ou até mesmo ampliar sua função social, dado que, a partir de sua perspectiva holística e integradora, a agroecologia associa-se ao favorecimento simultâneo tanto de processos biológicos quanto de socioculturais nos espaços em que é praticada (ALTIERI e TOLEDO, 2011; MERÇON et al, 2012; MOUGEOT, 2006; REDWOOD, 2009).

O projeto coletivo das famílias segue em negociação com o poder público e a estratégia é pressioná-lo a favor da apropriação dos sobrados com a contrapartida social e a geração de políticas públicas que não atingem só a eles, como também ao bairro e suas relações. A boa repercussão pública e midiática e o respaldo positivo dos vizinhos endossam a tese de que a presença deles afeta positivamente o território. As famílias ali acampadas afirmam que, mesmo na precariedade de morar numa calçada, seguem “sentindo-se em casa”, dando a entender que a cidade e o vínculo com um território transborda os limites da propriedade e da mercadoria.

Conclusões

O estudo de caso da Ocupação Baronesa traz à tona a potencialidade da agroecologia como ferramenta de retomada de terras ancestrais no contexto urbano, somando-se ao uso cultural e social do território, por meio do desenvolvimento coletivo de um projeto para a criação de um espaço público diverso e de qualidade, que poderá servir como refúgio para a comunidade local do bairro e para todos aqueles que seguirem necessitando de um refúgio natural em meio ao denso e cinza centro urbano.

Apesar de o processo ainda estar em disputa, pretendeu-se aqui compartilhar o caso da Ocupação da Baronesa do Gravataí e levantar questões relacionadas aos laços de cumplicidade que poderiam se estabelecer com a utilização dos saberes agroecológicos. As reflexões apontam para que a agroecologia, além de possuir ligações com a revitalização de espaços ociosos, produção de alimentos e geração de renda, possui também forte conexão com questões relacionadas ao território, identidade e pertencimento.

Agradecimentos

Agradecemos especialmente a Ocupação Baronesa, seus moradores, apoiadores e comunidade local por seguirem resistindo. E ao grupo de pesquisa Margem: Laboratório de Narrativas Urbanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente à professora Dra. Daniele Caron pelo apoio e impulsionamento incondicionais.

Referências bibliográficas

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

ALTIERI, M. A. e TOLEDO, V. M. The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignity and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies***,* v. 38, n. 3, pp. 587-612, 2011.

BRYLD, E. Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in Developing countries**. Agriculture and Human Values**, v.20, p. 79-86, 2003.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado [1990]**.** In. SIQUEIRA, P. S. L. "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada, **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 151-161, 2005.

MERÇON, J. et al. **Cultivando la educación agroecológica:** el huerto colectivo urbano como espacio educativo. RMIE, México, v. 17, n. 55, p. 1201-1224, dez. 2012.

MOUGEOT, L. **Growing better cities:** Urban agriculture for sustainable development. Ottawa: International Development Research Centre, 2006

REDWOOD, M. **Agriculture in urban planning:** generating livelihoods and food security. Sterling, VA: Earthscan, 2009.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 730-743, 2015.

TERRA, E. **As ruas de Porto Alegre**: Curiosidades; Como batizar uma rua; Ruas de muita história. Porto Alegre: AGE Ltda, 2001.